conexão
DOI: 10.5212/Rev.Conexao.v22.26904.050

INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: ANÁLISE DE REGISTROS DE PROJETOS NO LATTES E SIGPROJ

INTEGRATION BETWEEN TEACHING, RESEARCH, AND UNIVERSITY EXTENSION: AN ANALYSIS OF PROJECT RECORDS IN LATTES AND SIGPROJ

Submissão:
17/06/2026
Aceite:
02/10/2026

Joana Emanuele Andrade Almeida [1] https://orcid.org/0000-0002-5420-2957
Marcelo Corrêa da Silva [2] https://orcid.org/0000-0002-7599-1967
Juliana Rosa Carrijo Mauad [3] https://orcid.org/0000-0003-3901-1105
Rosilda Mara Mussury Franco Silva [4] https://orcid.org/0000-0002-1977-9232
Carolina Marques Costa Araujo [5] https://orcid.org/0000-0002-0312-6755

Resumo

Este estudo analisou o registro de projetos de ensino, pesquisa e extensão realizados por docentes vinculados ao Projeto Centro de Desenvolvimento Rural Itamarati (Projeto CDR/UFGD). Foram avaliados os cadastros de 20 professores universitários nas plataformas Lattes e SIGProj, considerando projetos concluídos e em andamento. A pesquisa caracterizou-se como quantitativa, exploratória e descritiva. Na plataforma Lattes foram identificados 38 projetos de ensino, 305 projetos de pesquisa e 301 projetos de extensão. No SIGProj foram observados 239 projetos de extensão. Os resultados demonstraram equilíbrio entre os registros de projetos de pesquisa e extensão, enquanto os projetos de ensino apresentaram menor frequência de cadastro. Também foi observada maior variabilidade entre docentes quanto aos registros extensionistas. O estudo contribui para reflexões sobre a integração entre ensino, pesquisa e extensão universitária e sobre a visibilidade institucional das ações extensionistas.

Palavras-chave: Agricultura familiar; assentamento de reforma agrária; curricularização do ensino; extensão universitária.

[1] Aluna de graduação na Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD, Dourados/MS *joanaemanuelle88@gmail.com*
[2] Médico Veterinário. Doutorado em Ciência Animal. Pós-doutorado *marcelo-correadasilva@hotmail.com*
[3] Professora na Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD, Dourados/MS *julianacarrijo@ufgd.edu.br*
[4] Professora na Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD, Dourados/MS *maramussury@ufgd.edu.br*
[5] Professora na Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD, Dourados/MS *carolinaufgd@hotmail.com*

Abstract

This study analyzed the registration of teaching, research, and extension projects developed by professors linked to the Rural Development Center Project in Itamarati Settlement (Projeto CDR/UFGD). Project records from 20 university professors found in the Lattes Platform and SIGProj databases, considering both ongoing and completed projects. The research was quantitative, exploratory, and descriptive. A total of 38 teaching projects, 305 research projects, and 301 extension projects were identified on the Lattes Platform, while 239 extension projects were identified on SIGProj. The results showed a balance between research and extension project registrations, whereas teaching projects presented lower registration frequency. Greater variability among professors was observed in extension project registrations. The study contributes to discussions regarding the integration of teaching, research, and extension activities and the institutional visibility of extension practices.

Keywords: Family farming; agrarian reform settlement; curricularization of teaching; university extension.

Introdução

A universidade brasileira está historicamente fundamentada no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, estabelecido pela Constituição Federal de 1988 e reafirmado em diversas políticas educacionais (Lei nº 9.394/96). Essa tríade visa não apenas garantir a formação acadêmica de excelência, mas também promover impactos sociais significativos por meio de projetos que articulem produção de conhecimento, prática pedagógica e transformação social (Santos; Diniz-Pereira, 2024).

A operacionalização desse ideal nem sempre reflete a mesma prioridade entre os pilares que compõem essa tríade, sendo frequentemente observadas assimetrias, por exemplo, quando a pesquisa é destacada como a atividade central, de maior prestígio e reconhecimento institucional ou, muitas vezes, apoiada com maior quantia de recursos financeiros. Fatores como o maior prestígio acadêmico ou o maior número de recursos associados a um determinado componente da tríade podem levar a desbalanços. Esse cenário levanta questionamentos sobre uma consequente desproporção na idealização, cadastro, desenvolvimento ou hierarquização de projetos de ensino, pesquisa e extensão (Gonçalves, 2016).

A literatura demonstra que, embora a integração entre essas dimensões seja amplamente defendida, persistem dificuldades para sua operacionalização e monitoramento, evidenciando a necessidade de instrumentos capazes de identificar e mensurar tais articulações (Braunstein; Del Pino, 2023). O registro de projetos em plataformas acadêmicas como a Plataforma Lattes e o Sistema de Informação e Gestão de Projetos (SIGProj) oferece uma oportunidade estratégica para compreender melhor como os docentes universitários têm priorizado suas atividades ou reagido frente a oscilações nas condições e oportunidades para desenvolverem seus trabalhos.

Enquanto a Plataforma Lattes é amplamente reconhecida como o repositório nacional de informações curriculares e de produção acadêmica, o SIGProj se destaca por seu foco na gestão de projetos de extensão e ensino, permitindo uma análise complementar e específica das iniciativas desenvolvidas. Entretanto, poucos estudos têm explorado o potencial desses registros para analisar a integração entre ensino, pesquisa e extensão, limitando a compreensão sobre como esse princípio se materializa na prática universitária. Essa lacuna dificulta a avaliação institucional e a formulação de estratégias que fortaleçam a indissociabilidade preconizada pelas políticas educacionais brasileiras.

Dessa forma, emerge a seguinte questão de pesquisa: "Em que medida os registros de projetos presentes no Currículo Lattes e no SIGProj evidenciam a integração entre ensino, pesquisa e extensão universitária?". Essa análise é crucial, pois a ausência de dados sobre o cadastro de projetos compromete a capacidade de diagnóstico, reflexão e planejamento das instituições de ensino superior. Além disso, a subvalorização de algum componente da tríade ensino-pesquisa-extensão e a consequente diminuição no cadastro e desenvolvimento de projetos ligados a um desses três componentes podem mascarar o real interesse e demanda por essas atividades, no âmbito acadêmico e social.

Portanto, propõe-se analisar os registros de projetos de ensino, pesquisa e extensão cadastrados no Currículo Lattes e no SIGProj, identificando padrões de distribuição e tendências de participação docente, de modo a compreender como essas atividades são representadas e institucionalizadas no contexto universitário. A análise poderá fornecer subsídios para avaliar o alinhamento entre as práticas institucionais e o princípio da indissociabilidade, contribuindo para o fortalecimento da integração entre ensino, pesquisa e extensão universitária (Chesani *et al.*, 2017; Gonçalves, 2016).

Revisão de literatura

Extensão Universitária (EU)

Antes de ser incorporada nas instituições brasileiras, a Extensão Universitária (EU) já continha características advindas das instituições europeias. Em regiões norte-americanas e na Argentina, tinha características que envolviam a prestação de serviços e o assistencialismo.

Muito antes do Brasil, atividades extensionistas já eram desenvolvidas pelas universidades europeias, com práticas de cunho social. A Universidade de Cambridge, na Inglaterra, foi considerada a primeira academia a criar atividades e cursos com caráter de assistencialismo, por volta de 1871. As universidades europeias desenvolviam essas atividades em comunidades carentes de diversas regiões (Miguens Jr.; Celeste, 2014).

A Universidade de Oxford, na Inglaterra, também desenvolveu atividades de cunho extensionista que eram oferecidas às populações carentes no entorno da universidade. Isso configurou um certo tipo de movimento social que almejava uma transferência de conhecimento a um público externo à universidade (Miguens Jr.; Celeste, 2014).

Nos Estados Unidos, por volta de 1891, o movimento extensionista foi findado com a criação da Sociedade Americana para o Ensino Universitário (do inglês, *American Society for The University Teaching*), incentivando a criação de programas de extensão nas universidades. A partir deste marco, houve o desenvolvimento de diversas atividades que auxiliaram no avanço nas ferramentas utilizadas na agricultura norte-americana.

Em termos gerais, a EU foi e é compreendida como essencial para a construção e dissemina-

ção do conhecimento para além dos limites da academia, com perspectivas da socioeconomia, saúde pública, entre outros (Torreão; Gibertoni, 2021). Com projetos de EU há potencial de beneficiar a comunidade, enriquecer as experiências de ensino, pesquisa e aprendizado de acadêmicos e fomentar uma cultura de colaboração e partilha de saberes (Silva *et al.*, 2020).

EU no Brasil

A partir da influência norte-americana e europeia, o Brasil começou a ter sinais de atividades extensionistas, especificamente, na Universidade de Viçosa e na Escola Superior Agrícola de Lavras, com aspirações semelhantes às das universidades europeias. Isso marcou o início de atividades de cunho social e educacional em áreas rurais a partir de universidades públicas brasileiras com um certo protagonismo ou referência para o Estado de Minas Gerais. A literatura aponta que a partir de 1940 houve um direcionamento para uma forte influência ou vertente que configura uma extensão assistencialista, por exemplo, a promoção de conhecimento com a realização de assistência técnica a pequenos agricultores rurais (Kochhann, 2017).

Com o surgimento do estatuto para as universidades brasileiras e do ministério de educação, os termos utilizados nos documentos oficiais mencionavam o "benefício coletivo" e a "vinculação íntima com a realidade". O Decreto vigente nessa época limitava a efetivação da extensão para a realização de cursos e conferências, um possível indício de que era um processo para a inclusão da sociedade nas atividades desenvolvidas pela universidade (Miguens Jr.; Celeste, 2014).

No Brasil, tem-se que a EU se dá com a participação ativa interdisciplinar dos alunos, professores e da comunidade, enquanto ainda acadêmica, dentro da sociedade. Segundo Fávero (2009), cinco elementos essenciais norteiam a EU, sendo eles a cooperação, a equidade na relação, geração de conhecimento, incentivo e participação contínua. A partir destes elementos, as atividades de EU devem ser alcançadas como a construção de um objetivo comum entre universidade, comunidade envolvida e alunos, estabelecendo relações em que todos os atores participantes da ação, com paridade nas discussões, têm capacidade de atuar e contribuir.

Os pilares da EU partem do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, em que cada componente é independente do outro, mas está interligado. Segundo a resolução do MEC nº 7/2018, a extensão na educação superior brasileira tem como objetivo a "formação profissional cidadã, crítica e responsável, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa". Assim, é plausível defender que a compreensão de processos em prol da integração de pesquisa e de extensão faz parte do cumprimento da lei que é exposta via resoluções do Ministério da Educação, do Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Educação Superior no Brasil (Brasil, 2018).

A aplicação de ferramentas de ação e o compartilhamento destas ferramentas, além do acompanhamento do processo com rodas de diálogo para a solução de problemas e a sugestão de ideias são cruciais nesse processo e se fazem necessários para garantir o cumprimento de metas. Com a criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão Universitária das Universidades Públicas Brasileiras, em 1987, foi possível chegar a uma concepção do papel da universidade na sociedade, que ficou descrita como uma interação transformadora entre a universidade e a sociedade.

As ações de extensão devem atender a diretrizes específicas estabelecidas para a extensão universitária (Forproex, 2012, p. 30-36). As diretrizes de interação dialógica (i) descrevem que as relações

entre a comunidade e a universidade não se dão apenas pela transferência e difusão de conhecimento, trazendo para a sociedade projetos e conhecimento acumulados, e sim pela troca de experiências e saberes, conhecimento das necessidades, resolução de problemáticas, ou seja, tudo aquilo que auxilie para uma transformação positiva. As diretrizes de interdisciplinaridade e interprofissionalismo (ii) têm foco na transposição das divisões, tornando possível integrar os conjuntos das ações e pessoas, desde o âmbito universitário até as comunidades envolvidas, nos projetos de extensão com a especialização.

Quanto à indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, (iii) a indagação parte do indício de que a extensão aliada à formação teve origem nas academias (a indagação é sobre quando a extensão começa a ser atrelada ao processo de ensino nas universidades) de ensino superior que são públicas. O impacto na formação do estudante (iv) está relacionado ao fato de que a extensão é um pilar na formação acadêmica, tornando o estudante passível de novos conhecimentos, a partir de uma integração com a realidade da sociedade. Ainda, o impacto na transformação social (v) induz a mudança positiva na sociedade, visando à demanda das comunidades, focada no compromisso pessoal e institucional, com objetivo de desenvolvimento social e melhoria de políticas públicas (Forproex, 2012, p. 30-36).

Assim, estas diretrizes contribuíram para a consolidação da institucionalização da EU no tripé formador, declarando um compromisso das universidades brasileiras com a sociedade, e a elencando como prioridade na formação profissional (Ovidio; Martins, 2024).

A pesquisa nas universidades associada ao ensino e à EU

A pesquisa constitui uma atividade básica ou aplicada e engloba diversas áreas do conhecimento, incluindo a pesquisa social, agropecuária e a ciência do agronegócio. Independentemente da área de conhecimento, as pesquisas desenvolvidas pelas universidades mantêm diferentes níveis de articulação com as atividades de ensino e extensão. Na universidade, a pesquisa tem um papel fundamental na formação dos discentes, aliando a construção de conhecimento que poderá ser aplicado dentro e fora da academia. Por meio da investigação, instiga-se o senso crítico dos autores, que exercitam buscar respostas que podem avançar o conhecimento. Nesse processo, a pesquisa aliada em algum grau ou qualidade com o ensino e a extensão pode beneficiar uma comunidade específica, ou a sociedade de maneira geral (Da Silva *et al.*, 2024; De Azevedo *et al.*, 2024).

Quando a pesquisa é aplicada na extensão universitária no meio rural, um objetivo final é tornar famílias, por exemplo, agricultores e comunidades rurais, atores capazes de melhorarem o seu nível de vida, pela utilização racional e efetiva dos conhecimentos, habilidades e informações adquiridas. Abordando diferentes frentes, sendo elas agrícolas ou não, a EU parece culminar em um mesmo fim, similar a objetivos da pesquisa e do ensino. Esses objetivos convergem, também, para objetivos de instituições que desenvolvem a extensão rural e a assistência técnica, que pode ser pública, mas que não é universitária (Peixoto, 2008).

A pesquisa é indispensável para o desenvolvimento e progresso da ciência de extensão no meio rural, cuja função é a de esclarecer, explicar e predizer problemas da vida rural bem como a de antecipar ou sugerir soluções adequadas. Assim, a pesquisa dentro ou junto da extensão e do ensino pode ter diversos papéis, sanando, inclusive, perguntas e desafios novos que emergem. As dificuldades e necessidades percebidas pela sociedade mudam ao longo do tempo, o que exige das instituições universitárias (corpo docente, discente e administrativo) a capacidade de ajustar procedimentos e condutas (Pisica *et al.*, 2023; Mohzana, 2024).

Primeiramente, o apoio institucional desempenha um papel significativo na formação do comportamento dos docentes em relação à idealização e ao registro de projetos, sejam eles de ensino, pesquisa ou extensão. As instituições de ensino superior têm a missão de promover o desenvolvimento regional por meio de atividades fundamentais na tríade ensino-pesquisa-extensão. Essa responsabilidade exige uma estrutura administrativa, uma gestão e condição financeira capazes de apoiar o trabalho docente, que motivem e encorajem a idealização, o registro e a implementação de projetos (Carvalho *et al.*, 2022).

Além disso, a cultura organizacional dentro das universidades pode incentivar ou dificultar a participação do corpo docente no registro de projetos. Por exemplo, um ambiente de apoio que reconheça e recompense as contribuições do corpo docente pode levar a um maior envolvimento e avanço em iniciativas de ensino e pesquisa (Barker *et al.*, 2015). Por outro lado, a falta de reconhecimento institucional pode dissuadir o corpo docente de criar e participar ativamente de práticas pedagógicas diferenciadas, que normalmente estão associadas ao registro de projetos (Hovey *et al.*, 2019).

As oportunidades de desenvolvimento profissional, para maior familiaridade, valoração ou uso de tecnologias, ou de aperfeiçoamento na formulação e gestão de projetos, também são fundamentais para influenciar o comportamento do corpo docente. Isso está relacionado com a motivação e as chances de maior envolvimento desses profissionais em plataformas de registro de projetos (Burke *et al.*, 2021; Pflipsen *et al.*, 2022). Ao mesmo tempo que as iniciativas oportunizam a capacitação do corpo docente, elas auxiliam no reconhecimento profissional, com potenciais consequências positivas na vida profissional, no aprendizado dos estudantes e no ambiente acadêmico (Layou *et al.*, 2022).

Iniciativas para desenvolver ou fortalecer centros de desenvolvimento do corpo docente também são caminhos que podem aumentar a confiança do corpo docente na gestão e no desenvolvimento dos seus projetos. Esses centros podem melhorar a disponibilização de recursos dando apoio e orientações para a captação de recursos (Schwartz; Haynie, 2013). Ademais, o estudo de Mahra *et al.* (2020) indicou que a eficácia do ensino está intimamente ligada às características sociais e profissionais dos membros do corpo docente, sugerindo que os ambientes de apoio que reconhecem esses atributos podem levar a melhores taxas de registro de projetos.

Destaca-se a utilização de ferramentas de redes sociais, que podem motivar ou aumentar a produtividade dos serviços acadêmicos, incentivando assim os docentes a envolverem-se mais ativamente no desenvolvimento e registro de projetos (Burnett *et al.*, 2014). As redes sociais podem favorecer o envolvimento da comunidade através de projetos de extensão, o que pode influenciar o comportamento do corpo docente, por exemplo, no aspecto de motivação e satisfação.

Em suma, a literatura aponta que o comportamento dos professores universitários no registro de seus projetos de ensino, pesquisa e extensão está associado a diversos fatores, incluindo o apoio institucional, as oportunidades de desenvolvimento profissional e a integração com tecnologias, entre outros. Assim, um ambiente de apoio e de fornecimento de recursos e formação necessários pode aumentar o envolvimento dos docentes no registro de seus projetos, conduzindo, em última análise, a melhores resultados educativos e ao desenvolvimento regional.

Cadastros de projetos de ensino, pesquisa e extensão em plataformas digitais

O desenvolvimento e registro de projetos universitários podem ser influenciados por diversos fatores interligados ao comportamento dos docentes (Mahra *et al.*, 2020; Silva *et al.*, 2020). Isso inclui políticas, ambiente, cultura e apoio institucionais, percepções sobre integração da pesquisa com as práticas de ensino, grau de engajamento dos docentes e discentes em ações de extensão comunitária, a satisfação com as experiências vividas no trabalho, entre outros. Esses fatores podem variar no tempo e quanto à região, moldando diferentemente o comportamento de docentes que, consequentemente, podem apresentar ou perceber diferentes incentivos para documentar seus projetos em plataformas digitais.

Periodicamente, as instituições de ensino superior estabelecem enquadramentos que incentivam os professores a envolverem-se em atividades ligadas a um dos componentes da tríade ensino-pesquisa-extensão, visto que, de alguma maneira, o desenvolvimento e o registro de projetos universitários nessas plataformas digitais remetem ao bom desenvolvimento acadêmico e comunitário, bem como à rastreabilidade das iniciativas formalizadas.

Por exemplo, Carvalho *et al.* (2022) enfatizam que as instituições de ensino superior têm uma função social de gerar novos conhecimentos e melhorar as práticas existentes por meio de processos educacionais, o que pode ser facilitado por estruturas administrativas e gestão financeira eficazes.

Da mesma forma, Telles e Noro (2022) destacam a importância de alinhar os projetos de pesquisa e extensão com as necessidades específicas da comunidade, sugerindo que o apoio institucional pode aumentar a relevância e o impacto desses projetos. Este alinhamento não só fomenta a participação do corpo docente, como também fortalece a relação entre a universidade e a comunidade colaboradora.

Xia *et al.* (2014) discutiram como os projetos baseados na pesquisa e a sinergia entre pesquisa e ensino permitiram uma melhor experiência educativa, repercutindo na melhor colaboração entre docentes e estudantes e em resultados acadêmicos frutíferos, como publicações e oportunidades de financiamento. Esses autores discutiram que a integração de pesquisa e práticas de ensino motiva os docentes e aumenta significativamente o registro de projetos em plataformas oficiais e relevantes.

Ademais, professores universitários podem ser incentivados a cadastrar projetos em plataformas digitais devido a requisitos institucionais, como progressão na carreira acadêmica, avaliação institucional e participação em editais de fomento, bem como o envolvimento com programas de pós-graduação *stricto sensu*, que ponderam o quanto os professores captam recurso, bolsas e realizam a formação extracurricular (Rosa; Cecílio, 2023; Ohira; Souza, 2024; Tavares; Ferraz, 2024).

Variabilidade do número de projetos registrados em plataformas digitais

A apreciação da variabilidade de registros de projetos, abrangendo projetos de ensino, pesquisa e/ou extensão, em plataformas digitais pode ter diferentes aplicabilidades e importância. A variabilidade de registros pode refletir condições do apoio institucional (que influencia a inovação e níveis de colaboração interprofissional e interinstitucional), além de refletir interesses e oportunidades percebidas, e, consequentemente, o grau de envolvimento do corpo docente e discente com projetos.

Compreender métricas de registro de projetos pode nortear o avanço da educação científica e o desenvolvimento da comunidade científica, com uso e entendimento de diferentes metodologias e

perspectivas. Tem potencial de servir como um indicador da saúde e do dinamismo da comunidade científica, auxiliando no enfrentamento aos desafios da sociedade, uma vez que permite a exploração de um leque maior de ideias e abordagens (Kee *et al.*, 2021).

Pode indicar até que ponto o corpo docente está a responder às necessidades da comunidade e a promover parcerias que melhoram a compreensão pública e o impacto da ciência na sociedade (Shirk *et al.*, 2012; Hinojosa *et al.*, 2021). Pode, também, indicar a capacidade de resposta do corpo docente às tendências e questões emergentes, o que é crucial para manter a relevância da pesquisa e extensão acadêmica num mundo que enfrenta rápidas mudanças (Weisberg *et al.*, 2023; Moraes da Silva; Santos, 2024).

Uma tendência é que instituições que disponibilizam recursos robustos e incentivam os docentes a desenvolverem diversos projetos apresentem taxas de registro mais elevadas. Por exemplo, estratégias de difusão eficazes para portais de ciência e infraestruturas podem encorajar e facilitar uma maior participação dos profissionais em iniciativas de pesquisa (Kee *et al.*, 2021).

Fatores e questões supracitadas podem refletir ou justificar tendências e variabilidades no registro de projetos universitários. Isso destaca a necessidade de as instituições de ensino superior fomentarem uma cultura que promova diversos esforços de ensino, pesquisa e extensão, aumentando, assim, a relevância e o impacto geral de seus programas acadêmicos (Weisberg *et al.*, 2023). Nessa perspectiva, ressalta-se a importância de explorar as estatísticas de registro de projetos de âmbito universitário.

Materiais e métodos

Abordagem e escopo

Uma análise quantitativa, documental e exploratória do cadastro de projetos de ensino, de pesquisa e de extensão em plataformas digitais utilizadas por cientistas brasileiros foi preconizada para representar a atuação profissional de um coletivo de professores universitários.

A análise foi realizada para subsidiar inferências sobre aspectos de produção e trabalho, para extrapolar possíveis preferências e estratégias adotadas por docentes e suas respectivas equipes de trabalho, frente ao contexto de condições percebidas e ao cenário de possibilidades existentes e percebidas por eles no âmbito do ensino, pesquisa e extensão universitária, com interfaces e implicações para a sociedade.

Os dados de cadastro partem da premissa de que os professores universitários, concomitantemente ao exercício de suas atividades profissionais, realizam periodicamente e sistematicamente a autodeclaração de seus projetos em plataformas digitais.

Instrumento, bases de dados e análise estatística

Entre janeiro e fevereiro de 2024, dois protocolos manuais de busca e acesso a projetos cadastrados por professores universitários foram estabelecidos, um para a plataforma Lattes (https://lattes.cnpq.br/) e outro para a plataforma SIGProj (http://SIGProj.ufrj.br/). Embora ambas as plataformas sejam ferramentas importantes para a comunidade acadêmica e científica, seus objetivos e funcionamento são complementares, e não sobrepostos.

A plataforma Lattes é gerenciada pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), com a finalidade de ser o principal banco de dados nacional de currículos e informações acadêmico-científicas. É uma plataforma para o registro e a gestão de informações curriculares e acadêmicas em andamento ou concluídas, e seu uso principal se dá por meio do cadastro de currículos acadêmicos de pesquisadores, estudantes e profissionais ligados à ciência, tecnologia e inovação. Assim, o registro de publicações científicas, projetos, orientações e participações em eventos pode ser avaliado em processos seletivos e editais de fomento destinados a pesquisadores, estudantes, profissionais de ciência e tecnologia.

Por sua vez, o SIGProj é uma plataforma para gestão de projetos acadêmicos, principalmente de extensão. Nesta plataforma são cadastrados projetos de pesquisa, ensino e extensão, incluindo projetos já executados e os que estão em andamento. É utilizada, especificamente, por profissionais de instituições de ensino superior públicas, vinculadas ao Ministério da Educação (MEC).

Na Plataforma Lattes, foi utilizada a ferramenta “Ctrl + F” como estratégia inicial de localização dos registros de “projetos de ensino”, “projetos de pesquisa” e “projetos de extensão”. Trata-se de um procedimento operacional de triagem, empregado para agilizar a identificação das informações nos currículos analisados.

Para garantir a confiabilidade dos dados, essa etapa foi complementada por uma leitura completa e uma verificação manual de cada currículo, com checagem cruzada dos registros identificados, de modo a assegurar que nenhum projeto relevante fosse omitido. Após essa etapa de validação, os projetos cadastrados por cada professor e pelo coletivo de docentes foram quantificados em três categorias: ensino, pesquisa e extensão, com apresentação das frequências absolutas (f) e relativas (%).

Na plataforma SIGProj, foram realizadas buscas na aba de consultas a partir do nome do professor, utilizando um filtro para realizar as buscas para projetos de ensino, pesquisa e extensão, realizados no âmbito da atuação profissional dos docentes, com ou sem parceria com outras instituições. De maneira similar ao procedimento realizado na plataforma Lattes, os cadastros dos projetos na plataforma SIGProj foram quantificados em três categorias, independentemente de estarem concluídos ou em andamento na data de análise.

Especificamente, a contagem e o cálculo das proporções de projetos de ensino, pesquisa e extensão foram realizados sem restringir ou discriminar os projetos cadastrados quanto ao tema e à relação direta, indireta ou à aparente ausência de relação com as atividades desenvolvidas pelos professores no assentamento Itamarati e com a respectiva comunidade rural assentada. Assim, configurou-se um estudo quantitativo, de caráter exploratório.

Critérios para a definição da categoria de análise

Os critérios de seleção da categoria de análise foram definidos previamente pelos pesquisadores com o objetivo de identificar um coletivo de docentes que apresentasse atuação consolidada em atividades de ensino, pesquisa e extensão, evidências de interação com a sociedade, diversidade disciplinar e disponibilidade de informações públicas passíveis de verificação. Dessa forma, buscou-se selecionar uma unidade de análise que reunisse características compatíveis com os objetivos da pesquisa e permitisse avaliar os padrões de registro de projetos acadêmicos em diferentes plataformas digitais.

Como princípio de escolha da categoria de análise (população amostral), foram considerados 17 critérios, descritos a seguir. Primeiro, priorizou-se a escolha de um coletivo com mais de 10 professo-

res universitários com titulação de Doutor (i), servidores públicos federais (ii), que comprovadamente atuassem em conjunto (iii), com perspectiva de pesquisa-ação baseada na multi e interdisciplinaridade (iv), foco na agricultura familiar (v) e tônica na pauta sobre a integração do ensino, da pesquisa e da extensão universitária (vi) no meio rural (vii); o grupo de professores teria de possuir vínculo que convergisse para um projeto maior (projetos guarda-chuva atrelados a uma mesma institucionalidade, reconhecida no âmbito das Pró-Reitorias de Pesquisa e Extensão), com mais de 5 anos de existência (viii); necessariamente, os projetos guarda-chuva deveriam ter recebido financiamento público ao nível municipal, estadual e federal (ix), contemplando bolsas de estudo e de apoio técnico e operacional para docentes e discentes de universidade pública, incluindo a graduação e a pós-graduação *stricto sensu*, com recursos geridos por uma fundação de apoio reconhecida (x). Pela lotação e atuação dos pesquisadores responsáveis pelo presente estudo, a categoria de análise deveria, preferencialmente, ter atuação e lotação no estado de Mato Grosso do Sul (xi); deveria possuir um *website* dedicado ao projeto e a uma parcela do coletivo de professores atuantes (xii). O coletivo deveria apresentar participação ativa e compartilhamento de informações em pelo menos duas redes sociais de uso gratuito, nas quais fosse possível verificar, de maneira transparente e com facilidade, as informações e as ações desenvolvidas. Essas redes deveriam conter informações sobre os princípios e valores dos projetos e das ações, compartilhadas com frequência semanal nas próprias redes sociais, para além das plataformas digitais de cadastro de projetos universitários e de desenvolvimento científico e tecnológico (xiii). A seleção da categoria de análise (população amostral) considerou, ainda, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas como um dos conceitos norteadores adotados pelo projeto, explicitado nas publicações em redes sociais (xiv). Outro critério adotado foi o de que o coletivo de profissionais e os projetos guarda-chuva precisavam abarcar ações de diálogo e parceria com cooperativas de agricultores familiares, abrangendo mais de duas cadeias de valor distintas (xv). Preferencialmente, os projetos e o coletivo precisavam comprovar aproximações diretas com grupos representantes da sociedade civil organizada (xvi) e ações de imersão em escolas rurais localizadas na comunidade rural parceira do projeto (xvii).

Categoria de análise: coletivo do Projeto CDR/UFGD

Foi realizado um levantamento exploratório em *website*s institucionais, redes sociais, páginas de projetos universitários e documentos públicos disponíveis online, visando identificar coletivos de docentes potencialmente aderentes aos critérios previamente estabelecidos. Ao final dessa etapa, 3 coletivos foram considerados elegíveis e submetidos a sorteio para definição da categoria de análise.

O coletivo de docentes vinculado ao Projeto CDR foi selecionado como categoria de análise por atender aos critérios previamente estabelecidos para a pesquisa, especialmente no que se refere à atuação integrada em ensino, pesquisa e extensão, ao caráter multidisciplinar do grupo e à sua interação contínua com a agricultura familiar. Após sua seleção, foi realizado o contato institucional e obtido o aceite para participação no estudo, o que possibilitou a definição da população amostral. O Projeto CDR (Centro de Desenvolvimento Rural Itamarati) reúne professores da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), instituição pública federal localizada em Dourados, Mato Grosso do Sul. O coletivo é composto por docentes vinculados a diferentes faculdades e áreas do conhecimento, que atuam de forma colaborativa há mais de sete anos no desenvolvimento de ações voltadas ao fortalecimento do desenvolvimento rural sustentável, com ênfase na integração entre ensino, pesquisa e extensão universitária.

Mais especificamente, o Projeto CDR tem atuação no assentamento Itamarati, o maior da América Latina. É resultado da desapropriação de uma fazenda para fins de reforma agrária, iniciada em 2002, que possui aproximadamente 3.000 famílias. O assentamento Itamarati está localizado no distrito Nova Itamarati, pertencente ao município de Ponta Porã, na região de fronteira com o Paraguai, no Mato Grosso do Sul. De acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o distrito de Nova Itamarati e possui 15.867 habitantes. A distância entre Dourados e Ponta Porã é de aproximadamente 120 km, e a distância de Dourados até a subprefeitura de Nova Itamarati é de aproximadamente 115 km.

No assentamento Itamarati, o Projeto CDR opera com uso de abordagens participativas junto à comunidade rural, incluindo ações em 3 escolas rurais públicas localizadas no assentamento e parcerias com cooperativas locais de diferentes cadeias agroalimentares (por exemplo, produção de grãos, plantas medicinais, flores ornamentais, bovinocultura de leite e o atual desenvolvimento da cadeia da piscicultura). Dependendo da cadeia de valor, o diálogo e a colaboração acontecem junto a diferentes lideranças comunitárias e grupos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

O Projeto CDR tem explicitado suas iniciativas, práticas e discussões desenvolvidas nas redes sociais (www.linkedin.com/company/centro-de-desenvolvimento-rural/; www.instagram.com/projeto_cdr_ufgd_itamarati/), em seu *website* (https://projetocdr.com/) e nas plataformas de cadastro ou gestão de projetos (https://www.lattes.cnpq.br/; https://sigproj.uems.br/), incluindo a pauta sobre a integração do ensino, da pesquisa e da extensão universitária no meio rural. O discurso, os princípios e os valores dos projetos, verificados nas redes e plataformas digitais, têm alinhamento com agendas internacionais, incluindo os ODS das Nações Unidas.

Ao longo de alguns períodos da vigência do Projeto CDR, este foi contemplado com financiamentos da subprefeitura e da prefeitura de Ponta Porã, do governo estadual, do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) e do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). O financiamento de bolsas de estudo para a formação de discentes e de ações de apoio técnico e operacional envolve agências de fomento como o CNPq e a CAPES. Uma parcela significativa dos recursos e das bolsas foi e ainda é gerida junto à Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão (FUNAEPE), localizada no município de Dourados.

Para proceder à análise do cadastro de projetos, foi realizada uma solicitação formal de uma lista contendo os nomes dos professores atrelados ao Projeto CDR, assumindo-se que esses professores possuíam diferentes níveis ou intensidades de dedicação ao Projeto CDR. Em novembro de 2023, lideranças do Projeto CDR enviaram por e-mail uma relação de 25 professores. A partir dessa lista, realizou-se um sorteio simples utilizando uma planilha eletrônica do Excel.

Subsequentemente, de maneira arbitrária, foi estabelecido que 80% dos professores da lista original deveriam compor a relação final de professores e que um mínimo de 4 faculdades diferentes (lotação dos professores na UFGD) deveria estar contemplado na relação final após o sorteio. Os critérios de 80% e de um número mínimo de faculdades da UFGD foram estabelecidos para zelar pela representatividade do Projeto CDR, bem como assegurar maior discrição ou preservação do anonimato na análise dos cadastros de projetos realizados por esse coletivo. Tendo-se definido a população amostral (n=20), procedeu-se na análise quantitativa.

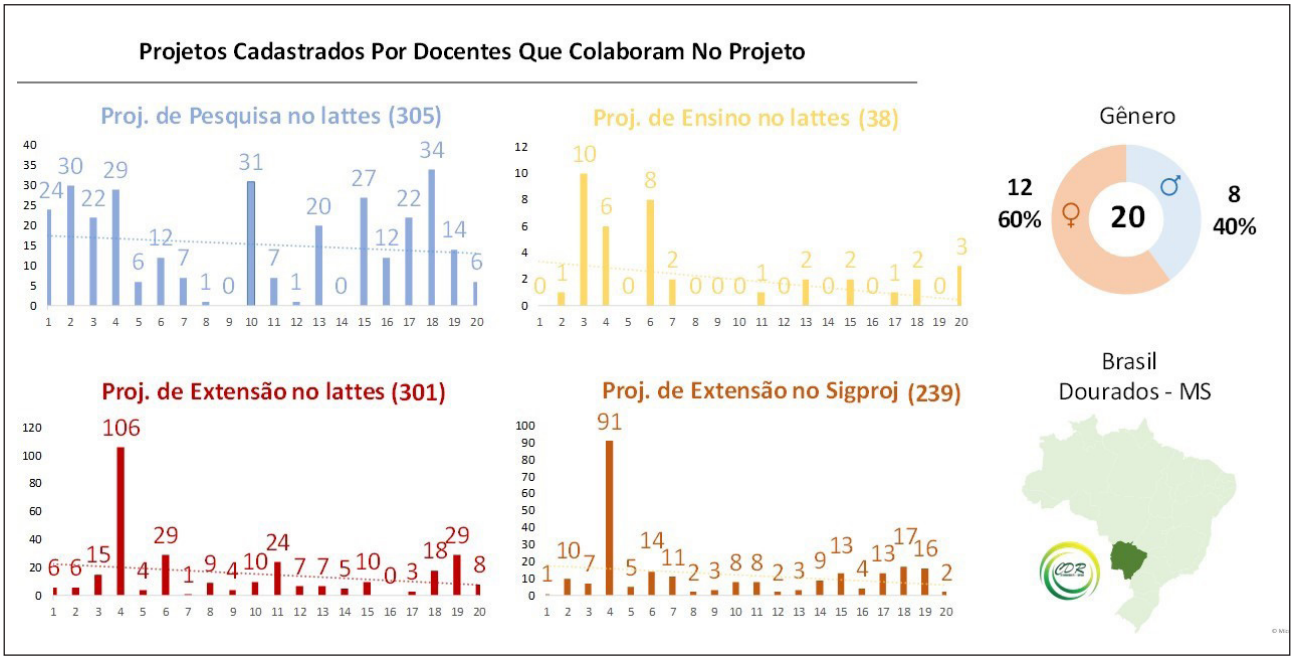
Resultados e discussão

Cadastro de projetos de ensino, pesquisa e extensão

Os cadastros de projetos autodeclarados nas três categorias de projeto estiveram relacionados a um coletivo de docentes composto por 12 mulheres (60%) e 8 homens (Figura 1). As 4 faculdades da UFGD contempladas na relação de docentes ligados ao Projeto CDR foram: Faculdade de Ciências Agrárias, Faculdade de Engenharia, Faculdade de Ciências Biológicas e Ambientais, e Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia.

Na plataforma Lattes, foram observados 38 cadastros de projetos de ensino, 305 cadastros de projeto de pesquisa e 301 cadastros de projetos de extensão (Figura 1). Na plataforma SIGProj, foram observados 239 cadastros de projetos de extensão (Figura1). Nessa plataforma, os 239 cadastros de projetos de extensão corresponderam a 27,1% (239/883) do total de cadastros de projetos em ambas as plataformas.

Figura 1 - Métricas de cadastro de projetos de ensino, pesquisa e extensão em duas plataformas.



Fonte: os autores

A estatística descritiva do montante de projetos cadastrados pelos professores está apresentada na Tabela 1. O desenvolvimento e o registro de projetos podem ser influenciados por diversos fatores interligados que influenciam o comportamento dos docentes (Mahra *et al.*, 2020; Silva *et al.*, 2020).

Chama a atenção a baixa proporção de projetos de ensino (5%) cadastrados na plataforma Lattes, em comparação com a de projetos de pesquisa e extensão. Nenhum professor tinha realizado o cadastro de projetos de ensino na plataforma SIGProj. Já na plataforma Lattes, foram observados 38 cadastros. A quantidade de cadastros de projetos de ensino, consideravelmente menor em comparação com a de projetos de pesquisa e extensão, talvez exprima que a vertente de ensino pode estar contextualizada de maneira diferente.

Possivelmente, a carga horária dedicada às disciplinas ministradas pelos professores é consi-

derada, por si só, como uma contribuição, o que pode implicar a sub-representação dos projetos de ensino, enquanto os projetos de pesquisa e extensão talvez sejam considerados como ações adicionais que complementam o ensino teórico e prático realizado pelos professores.

Talvez os docentes percebam que projetos de ensino não têm a mesma importância para alavancar a competitividade entre profissionais quando esses concorrem em editais públicos para a obtenção de financiamento, incluindo a oferta de bolsas, o custeio e a aquisição de material de consumo.

Pode ser que exista a percepção de que o peso dado aos currículos nos editais de fomento e apoio é maior quando a contagem e a qualidade dos artigos publicados são maiores, sendo o cadastro de projetos de ensino menos influentes para que as propostas submetidas pelos professores sejam contempladas nesses editais.

Isso pode ter implicações na maneira como os professores registram informações na plataforma, priorizam e desenvolvem suas atividades de trabalho, o que pode repercutir nas disciplinas curriculares, bem como nas metodologias aplicadas em sala de aula ou em atividades realizadas dentro ou fora do campus universitário.

Experiências empíricas apontam uma tendência de priorização da atividade de pesquisa no contexto universitário, o que pode estar relacionado tanto à maior disponibilidade histórica de financiamento quanto às pressões institucionais associadas à produtividade acadêmica, especialmente no que se refere à publicação científica e à avaliação de desempenho docente. Esse cenário tem sido amplamente discutido na literatura da sociologia do trabalho docente, que evidencia a consolidação de uma lógica de produtivismo acadêmico, marcada pela intensificação das demandas por publicações, captação de recursos e inserção em rankings institucionais, em detrimento de outras dimensões da atividade universitária, como o ensino e, em alguns contextos, a extensão (Silva Júnior; Kato, 2020).

Todavia, na plataforma Lattes, o número de cadastros de projetos de extensão (46,7%) e de pesquisa (47,4%) foi balanceado. Isso sugere que uma suposta hierarquia com maior importância ou status atribuídos à pesquisa (em comparação com a extensão universitária), parece não ter implicado um menor número de cadastros de projetos de extensão nas plataformas digitais. Essa hipótese, portanto, foi refutada.

Esse resultado não era esperado. Um dos motivos é que a hipótese (refutada) poderia ser sustentada na herança histórica do nome original da instituição CNPq. Quando o atual Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico foi criado, em 1951, seu nome original era Conselho Nacional de Pesquisa. Na época, a sigla CNPq representava as iniciais de “Conselho Nacional de Pesquisa”, sigla que foi mantida até a atualidade, provavelmente para preservar a identidade da instituição. Ao que tudo indica, mesmo que o nome atual não corresponda diretamente à sigla, as mudanças de contexto (e no nome do conselho) podem ter diminuído o caráter mais alinhado ou restritivo à pesquisa.

Possivelmente, os valores e as características da EU, que remetem à origem da EU em outros países, como o assistencialismo junto a comunidades mais vulneráveis, podem justificar esse resultado (Miguens Jr.; Celeste, 2014; Kochhann, 2017). Alternativamente, a partir de 1999, talvez o equilíbrio entre cadastros de projetos de pesquisa e extensão reflita algum grau de alinhamento entre pesquisa e extensão realizadas. Esse alinhamento pode ser importante para atender as necessidades específicas de uma comunidade (Telles; Noro, 2022).

O equilíbrio entre a quantidade de projetos de pesquisa e extensão, que contrasta com as estatísticas de projetos de ensino, pode encorajar estudos futuros para verificar como está a sinergia entre

ensino, pesquisa e extensão, quais as metodologias para isso e quais as consequências disso na educação, na produção científica e nas oportunidades de financiamento (Xia *et al.*, 2014; Kee *et al.*, 2021).

Por outro lado, ressalta-se que o coletivo de docentes analisado foi resultado da adoção de 17 critérios para proceder à escolha da categoria de análise. Esses critérios, principalmente o de selecionar um coletivo que promove e se sustenta no conceito de integração de ensino, pesquisa e extensão e que atua em comunidades de agricultura familiar, podem ter configurado um viés que limita a extrapolação desse achado para outros grupos de cientistas.

Tabela 1 - Cadastro de projetos (ensino, pesquisa e extensão) de um grupo de 20 professores universitários do Projeto CDR em duas plataformas digitais distintas

	Total	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Mediana	Máximo
PrEn_Lat**	38	1,90	2,86	0,00	1,00	10,00
PrPq_Lat*	305	15,25	11,55	0,00	13,00	34,00
PrEx_Lat**	301	15,05	23,05	0,00	7,50	106,00
PrEx_Sig**	239	11,95	19,26	1,00	8,00	91,00

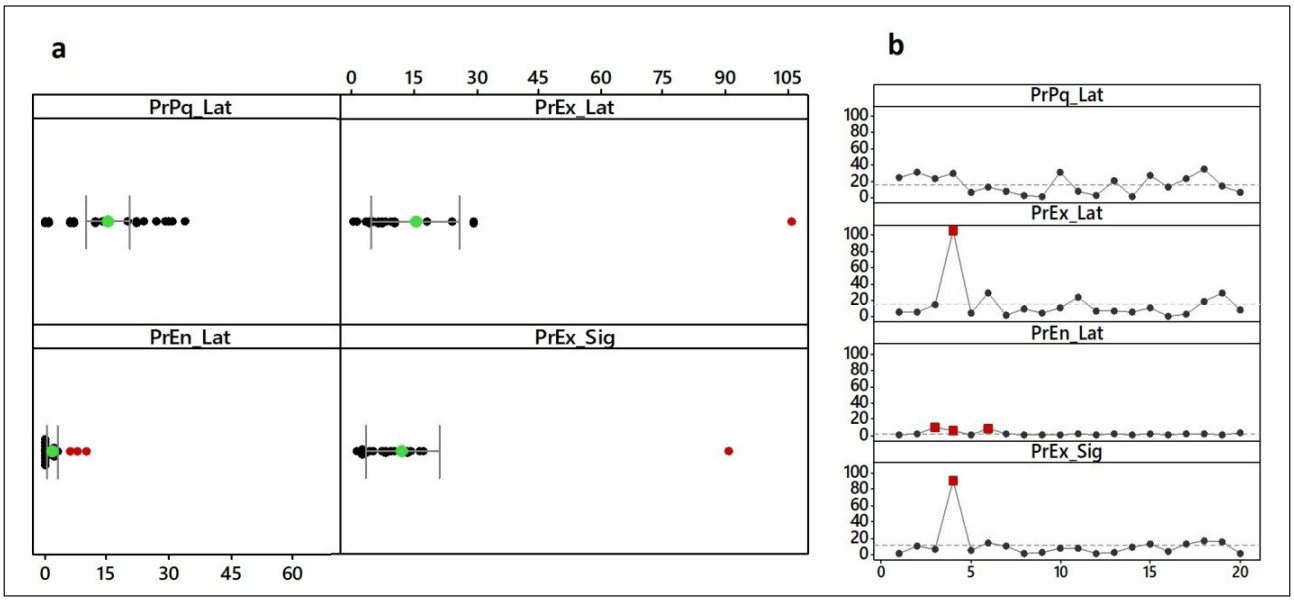
*PrPq_Lat = Projeto de pesquisa plataforma Lattes; PrEx_Lat = Projeto de extensão plataforma Lattes; PrEn_Lat = Projeto de ensino plataforma Lattes; PrEx_Sig = Projeto de extensão plataforma SIGProj; PrEx_Lat-PrEx_Sig = diferença entre PrEx_Sig e PrEx_Sig. *dados com distribuição normal (p=0,126); **não passaram no teste de normalidade (P<0,005).*

Aspectos sobre variabilidade dos cadastros de projetos

A variabilidade da contagem de projetos cadastrados pode ser visualizada a partir do desvio padrão da Tabela 1, representado graficamente com maior detalhe na Figura 2.

Em média, menos de dois projetos de ensino (1,90 ± 2,86) foram cadastrados na plataforma Lattes (Figura 1, Tabela 1). Os três professores que mais cadastraram projetos de ensino (10, 8 e 6 projetos de ensino, respectivamente) foram considerados *outliers* (Figura 2a, b). Isso significa que essas contagens de cadastro de projetos de ensino extrapolaram o intervalo de confiança (valores que matematicamente não são normais na população amostral).

Figura 2 - Distribuição de contagens individuais de cadastro de projetos (ensino, pesquisa e extensão) de 20 professores na plataforma Lattes e SIGProj.



a,b: vermelho = outlier; a: verde = média; a: intervalos calculados a partir do desvio padrão (IC=95%). PrPq_Lat; PrEx_Lat; PrEn_Lat, PrEx_Sig, vide legenda da Tabela 1.

Observou-se maior variabilidade no número de cadastros de projetos de extensão na plataforma Lattes (15,05 ± 23,05) e na plataforma SIGProj (11,95 ± 19,26), comparada com a variabilidade nos projetos de pesquisa e de ensino (Tabela 1, Figura 2). Isso sugere que, embora a quantidade de projetos de pesquisa e extensão tenha sido balanceada, pode existir alguma estratégia, motivação ou oportunidade percebida diferentemente pelos professores (competitiva ou não), que resulta na maior variabilidade no cadastro de projetos de extensão. Isso pode repercutir na característica e no modo de desenvolverem seus trabalhos e remete a questões como chances percebidas para financiamento, reconhecimento profissional, entre outras, que podem influenciar o registro e envolvimento em projetos (Hovey *et al.*, 2019; Mahra *et al.*, 2020).

Um docente sênior teve destaque no cadastro de projetos de extensão no Lattes (106) e no SIGProj (91), sendo ranqueado em primeiro lugar e considerado um *outlier* quanto ao número de cadastros de projetos de extensão em ambas as plataformas (Figura 2a, b). Contudo, não foi ranqueado em primeiro nem segundo quanto ao registro de projetos de pesquisa. Da mesma forma, os melhores ranqueados quanto ao registro de projetos de pesquisa não foram os melhores ranqueados quanto ao registro de projetos de extensão.

Assim, talvez existam estratégias ou oportunidades percebidas ou preferências entre os professores, quando estes buscam, por exemplo, recursos em editais alternativos aos do CNPq, que, embora não sejam diretamente ligados ao CNPq, utilizam a plataforma Lattes como um dos critérios para selecionar os proponentes em chamadas ou editais de financiamento e apoio. Pode, ainda, haver uma preferência ou prioridade no modo de trabalhar, atrelado ou não a suas percepções de como podem ou precisam contribuir e colaborar na posição de servidores públicos ou cientistas, considerando as necessidades de impactar positivamente a sociedade (Shirk *et al.*, 2012; Hinojosa *et al.*, 2021).

Outra questão que pode influenciar o modo como os professores percebem estratégias para trabalhar mediante projetos é a variação nas condições e oportunidades dos editais de fomento. Por

exemplo, se o fomento à pesquisa está fragilizado, em nível estadual e/ou federal, os projetos de extensão podem ser um caminho a ser seguido, e vice-versa. De alguma maneira, os professores podem utilizar o recurso destinado à extensão, de modo que, também, seja aproveitado para pesquisa. Explorar como essas assimetrias sazonais afetam a integração entre os componentes da tríade ensino-pesquisa-extensão parece configurar uma lacuna de conhecimento na literatura. Avançar nesse conhecimento requer estudos com delineamentos capazes de diminuir a nebulosidade e a incerteza sobre como o contexto institucional e demais fatores de interferência implicam no maior cadastro e desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão universitários.

Para preservar a diversidade de visão e estratégias entre professores para realizarem seus trabalhos de ensino, pesquisa e extensão junto à universidade, os incentivos precisam existir para os três componentes da tríade, e isso provavelmente tem consequências para a comunidade científica e para a sociedade. A curricularização do ensino superior nas universidades é compreendida como a integração de atividades extensionistas no processo de formação dos estudantes, e, mais recentemente no Brasil, como uma conduta para garantir um percentual mínimo de carga horária para essas atividades (Arienti, 2023; Rivelini-Silva, 2024).

Como limitação do estudo, há de se considerar o viés decorrente da análise de um coletivo que declaradamente desenvolve e discute a integração de ensino, pesquisa e extensão, com destaque ao desenvolvimento de atividades em uma comunidade rural de agricultura familiar. Portanto, isso constitui uma limitação à extrapolação de alguns resultados para outros coletivos formados por cientistas brasileiros. Assim, é necessário que pesquisas futuras sejam realizadas para testar hipóteses refutadas ou hipóteses que emergiram a partir do presente estudo, mas que não fizeram parte, diretamente, do escopo e objetivo da presente pesquisa. Por exemplo, quais editais públicos ou de iniciativa privada priorizam projetos de ensino já realizados pela equipe proponente e como, a partir disso, alavancam as chances de professores terem suas propostas selecionadas para financiamento?

Estudos precisam subsidiar maior compreensão sobre o ambiente de apoio, relacionando isso com o status e histórico de fornecimento dos recursos e da infraestrutura, incluindo as formações que se fazem necessárias ao longo do tempo. Isso poderá auxiliar a escolha mais assertiva de estratégias para alcançar melhores resultados educativos, satisfação profissional e desenvolvimento regional.

Outra questão que pode ser explorada em estudos futuros diz respeito ao entendimento de integração de ensino, pesquisa e extensão por parte dos coletivos de professores que atuam na formação de discentes e no desenvolvimento regional a partir de projetos universitários. Amplificar a diversidade dessas percepções entre docentes e discentes pode fortalecer o entendimento das necessidades, anseios e caminhos para a maior satisfação profissional e impacto dos investimentos e iniciativas da universidade junto à sociedade.

De modo geral, isso remete a necessidades de capacitação profissional (Layou *et al.*, 2022), de ambientes de apoio, como de centros de desenvolvimento do corpo docente (Schwartz; Haynie, 2013; Barker *et al.*, 2015), e de condições para financiamento e boa gestão dos projetos (Carvalho *et al.*, 2022). Esses são fatores que podem aumentar o envolvimento e desenvolvimento de projetos pelos professores (Burke *et al.*, 2021; Pflipsen *et al.*, 2022).

Conclusões

Os resultados deste estudo demonstraram que os registros de projetos em plataformas digitais constituem um importante indicador para compreender aspectos relacionados à integração entre ensino, pesquisa e extensão no contexto universitário. A análise do coletivo de docentes vinculados ao Projeto CDR/UFGD evidenciou equilíbrio entre os cadastros de projetos de pesquisa e extensão, sem indicativos de priorização da pesquisa em detrimento da extensão, embora tenha sido observada baixa frequência de registros de projetos de ensino e maior variabilidade entre docentes nos cadastros extensionistas.

Além disso, os resultados sugerem que diferentes dinâmicas institucionais, oportunidades de financiamento e estratégias de atuação profissional podem influenciar a visibilidade e o registro dessas atividades nas plataformas acadêmicas. Nesse sentido, o estudo contribui para ampliar as discussões sobre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, reforçando a importância de políticas institucionais e ambientes de apoio que fortaleçam o desenvolvimento equilibrado dessas ações e sua contribuição para a formação acadêmica e cidadã, bem como para o desenvolvimento social.

Referências

ARIENTI, W. L. Sobre a implementação da curricularização da extensão: caracterizações e preocupações. **Revista Eletrônica de Extensão**, v. 20, n. 45, p. 168-189, 2023.

BARKER, L.; HOVEY, C.L.; GRUNING, J. What influences CS faculty to adopt teaching practices? In: ACM TECHNICAL SYMPOSIUM ON COMPUTER SCIENCE EDUCATION, 46., 2015, Kansas City. **Proceedings** [...]. New York: Association for Computing Machinery, 2015. p. 604-609. DOI: 10.1145/2676723.2677282.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 dez. 2018.

BRAUNSTEIN, G. K.; DEL PINO, J. C. A integração entre ensino, pesquisa e extensão na percepção de estudantes e nos Projetos Pedagógicos de Curso da UERGS. **Revista Eletrônica Científica da UERGS**, v. 9, n. 3, p. 195-204, 2023. DOI: 10.21674/2448-0479.93.195-204.

BURKE, D.; DAVIS, J.; HALLBERG, C.; WINGO, S. A large-scale collection review with faculty collaboration: a comprehensive view. **Library Resources and Technical Services**, v. 65, n. 1, p. 14-22, 2021. DOI: 10.5860/lrts.65n1.14-22.

BURNETT, P.; SHEMROSKE, K.; KHAYUM, M. Disrupting faculty service: using technology to increase academic service productivity. **Administrative Issues Journal: Education, Practice, and Research**, 2014. DOI: 10.5929/2014.4.2.6.

CARVALHO, A.; CARVALHO, A.; DELMONDES, L.; NUNES-SILVA, L. Entrepreneurial institution and regional development. **International Journal for Innovation Education and Research**, v. 10, n. 2, p. 95-103, 2022. DOI: 10.31686/ijier.vol10.iss2.3644.

CHESANI, F. H.; WACHHOLZ, L. B.; OLIVEIRA, M. A. M.; SILVA, C.; LUZ, M. E.; FABRIS, F. A.; ENGEL, B. A indissociabilidade entre a extensão, o ensino e a pesquisa: o tripé da universidade. **Revista Conexão UEPG**, v. 13, n. 3, p. 452-461, 2017. DOI: 10.5212/Rev.Conexao.v.13.i3.0008.

DA SILVA, C. F.; DOS REIS, D. A.; DA COSTA NEGRÃO, F. Extensão universitária nas trajetórias de jovens docentes da rede federal no norte do Brasil. **Cadernos da FUCAMP**, v. 26, 2024.

DE AZEVEDO, P. B.; CORDEIRO, T. O. A. Ensino, pesquisa e extensão: novos sentidos e práticas emancipadoras a partir da curricularização da extensão. **Formação em Movimento**, v. 6, n. 12, p. 1-18, 2024.

FÁVERO, N. R. M. **Extensão universitária**: diretrizes conceituais e políticas. Belo Horizonte: Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 2009.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS (FORPROEX). **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: FORPROEX, 2012.

GONÇALVES, N. G. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: um princípio necessário. **Perspectiva**, v. 33, n. 3, p. 1229-1256, 2016. DOI: 10.5007/2175-795X.2015v33n3p1229.

HINOJOSA, L.; RIEDY, R.; POLMAN, J.; SWANSON, R.; NUESSLE, T.; GARNEAU, N. Expanding public participation in science practices beyond data collection. **Citizen Science: Theory and Practice**, v. 6, n. 1, p. 11, 2021. DOI: 10.5334/cstp.292.

HOVEY, C.; BARKER, L.; NAGY, V. **Survey results on why CS faculty adopt new teaching practices**. 2019. DOI: 10.1145/3287324.3287420.

KEE, K.; LE, B.; JITKAJORNWANICH, K. If you build it, promote it, and they trust you, then they will come: diffusion strategies for science gateways and cyberinfrastructure adoption to harness big data in the science, technology, engineering, and mathematics (STEM) community. **Concurrency and Computation: Practice and Experience**, v. 33, n. 19, 2021. DOI: 10.1002/cpe.6192.

KOCHHANN, A. A extensão universitária no Brasil: compreendendo sua historicidade. In: SEMANA DE INTEGRAÇÃO DA UEG CÂMPUS INHUMAS, 6., 2017, Inhumas. **Anais** [...]. Inhumas: Universidade Estadual de Goiás, 2017. p. 491-500.

LAYOU, K.; GOERING, A.; JAMES, B.; MORALES, M.; NAGY, R.; ALQUICIRA, E.; MACDONALD, R. Power and potential: engaging adjunct faculty as leaders and agents of change. **New Directions for Community Colleges**, n. 199, p. 133-147, 2022. DOI: 10.1002/cc.20529.

MAHRA, G.; KASHYAP, S.; SINGH, P.; JOSHI, P.; GUPTA, S. Competencies and teaching effectiveness in social sciences at Indian agricultural universities. **The Indian Journal of Agricultural Sciences**, v. 90, n. 11, p. 2150-2155, 2020. DOI: 10.56093/ijas.v90i11.108581.

MIGUENS JR., S. A. Q.; CELESTE, R. K. **A extensão universitária**. In: KRAMER, P. (org.). [Capítulo de livro]. 2014.

MOHZANA, M. The impact of the new student orientation program on the adaptation process and academic performance. **International Journal of Educational Narratives**, v. 2, n. 2, p. 169-178, 2024.

MORAES DA SILVA, M. E.; SANTOS, F. A ciência que você faz serve para quê e para quem? Reflexões sobre formação acadêmica na sociedade do capital. **Anais da Semana de Licenciatura**, v. 1, n. 1, p. 189-197, 2024.

OHIRA, M. A.; SOUZA, A. V. P. Curricularização da extensão nos cursos de licenciatura. **Revista Práticas em Extensão**, v. 8, n. 2, p. 92-106, 2024.

OVIDIO, R. B.; MARTINS, A. M. Curricularização da extensão: desafios e possibilidades. **Revista Conexão UEPG**, v. 20, n. 1, p. 1-18, 2024.

PEIXOTO, M. **Extensão rural no Brasil**: uma abordagem histórica da legislação. Brasília, DF: Consultoria Legislativa do Senado Federal, 2008.

PFLIPSEN, M.; LUSTIK, M.; BUNIN, J. Increasing faculty participation and mentorship in quality improvement with an experiential four-hour workshop. **Journal of Medical Education and Curricular Development**, 2022. DOI: 10.1177/23821205221078104.

PISICA, A. I.; EDU, T.; ZAHARIA, R. M.; ZAHARIA, R. Implementing artificial intelligence in higher education: pros and cons from the perspectives of academics. **Societies**, v. 13, n. 5, p. 118, 2023.

RIVELINI-SILVA, A. C. Mapeamento bibliográfico sobre a curricularização da educação para a ciência, tecnologia e sociedade (CTS) nos cursos de licenciatura em química. **Revista Amazônida**, v. 9, n. 3, p. 1-20, 2024. DOI: 10.29280/rappge.v9i3.14894.

ROSA, R.; CECÍLIO, S. Condição do trabalho docente na pós-graduação stricto sensu em educação na região do Triângulo Mineiro: fatores em análise. **Educação**, v. 48, n. 1, p. e123/1-e123/32, 2023. DOI: 10.5902/1984644468582.

SANTOS, L. B. L. DOS; DINIZ-PEREIRA, J. E. Ensino, pesquisa e extensão: as três dimensões constitutivas da universidade e suas contribuições para a construção de espaços híbridos de formação docente. **Revista Brasileira de Iniciação Científica**, e024038, 2024.

SCHWARTZ, B.; HAYNIE, A. Faculty development centers and the role of SoTL. **New Directions for Teaching and Learning**, n. 136, p. 101-111, 2013. DOI: 10.1002/tl.20079.

SHIRK, J.; BALLARD, H.; WILDERMAN, C.; PHILLIPS, T.; WIGGINS, A.; JORDAN, R.; BONNEY, R. Public participation in scientific research: a framework for deliberate design. **Ecology and Society**, v. 17, n. 2, 2012. DOI: 10.5751/es-04705-170229.

SILVA, F.; OLIVEIRA, L.; VIANA, W.; ALVES, E.; FREITAS, L. Professional education: students' experience in an aquaculture extension project in the Marajó archipelago, Amazon, Brazil. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 7, e365974133, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i7.4133.

SILVA JÚNIOR, J. DOS R.; KATO, F. B. G. Trabalho docente na universidade pública: intensificação e precarização. **Educação em Revista**, v. 36, 2020. DOI: 10.1590/0102-4698214876.

TAVARES, G. DA P.; FERRAZ, M. B. O. As contribuições do programa de pós-graduação stricto sensu em educação científica e formação de professores para a pesquisa e a profissionalidade docente. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, p. 16-243, 2024.

TELLES, M.; NORO, L. Training and work of speech-language-hearing public health professors in public higher education institutions in Brazil. **Revista CEFAC**, v. 24, n. 5, 2022. DOI: 10.1590/1982-0216/20222456222.

TORREÃO, B.; GIBERTONI, T. The challenges of biology teaching through the creation of a biological sciences extension project during the COVID-19 pandemic in Brazil. **MedNEXT Journal of Medical and Health Sciences**, v. 2, n. 6, 2021. DOI: 10.54448/mdnt21633.

WEISBERG, D.; KOVAKA, K.; VACA, E.; WEISBERG, M. Lava-lobos: raising environmental awareness through community science in the Galápagos Islands. **Citizen Science: Theory and Practice**, v. 8, n. 1, 2023. DOI: 10.5334/cstp.423.

XIA, J.; CAULFIELD, C.; FERNS, S. Work-integrated learning: linking research and teaching for a win-win situation. **Studies in Higher Education**, v. 40, n. 9, p. 1560-1572, 2014. DOI: 10.1080/03075079.2014.882302.